

 editora ifg

 EDITORA
IF GOIANO



CENTRO-OESTE

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

2

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

org.
Sarah Bertolli
Olliver Mariano Rosa

TENHO A SATISFAÇÃO DE celebrar a publicação do livro Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil, em cinco volumes, correspondentes a cada região do país. Trata-se de um conjunto de capítulos sobre a trajetória institucional, organizacional e pedagógica dos 38 Institutos Federais, dos dois Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, com o objetivo de divulgar a história dessas instituições. O acontecimento se reveste de grande relevância para a história da educação profissional e tecnológica no Brasil e para a história da educação em geral. As instituições que compõem a Rede Federal e seus integrantes – dirigentes, professores, funcionários, alunos, pais de alunos – podem se orgulhar desta publicação que comemora uma trajetória centenária de contribuição para a formação científica, tecnológica e profissional de trabalhadores para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A oportunidade desta publicação é evidente num momento em que a história da educação profissional e tecnológica, tendo em conta as reconfigurações institucionais ocorridas ao longo de sua história (escolas de aprendizes artífices, liceus profissionais, escolas industriais e técnicas, escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas,

da publicação



editora ifg



EDITORA
IF GOIANO



CENTRO-OESTE

2

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

org.
Sarah Bertolli
Olliver Mariano Rosa

ISBN 978.85.67022.84-0

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição –
Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Brasil.



R335	<p>Região Centro–Oeste / Organização: Sarah Suzane Amancio Bertolli Venancio Gonçalves – Goiânia: Ed. IFG, Ed. IFGoiano, 2024</p> <p>143 p.: il. color – (Coleção Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil; v.2 / Organização: Olliver Mariano Rosa).</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>ISBN (E-book): 978.85.67022.86-4 ISBN (Impresso): 978.85.67022.87-1</p> <p>1. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – História. 2. Educação profissional e tecnológica – Expansão. 3. Institutos Federais. I. Título. II. Coleção. III. Gonçalves, Sarah Suzane Amancio Bertolli Venancio (org.).</p> <p style="text-align: right;">CDD 378.013</p>
<p>Catálogo na publicação: Maria Aparecida Rodrigues de Souza – CRB/1-1497</p>	

Apresentação da coleção

5

Prefácio

Apresentação

Dos ipês-amarelos e das escolas que florescem no inverno

1. Instituto Federal de Goiás

115 anos de história de educação profissional

JASON HUGO DE PAULA
OLLIVER ROBSON MARIANO ROSA
RACHEL BENTA MESSIAS BASTOS
RUBERLEY RODRIGUES DE SOUZA
VANDERLEIDA ROSA DE FREITAS E QUEIROZ

2. Instituto Federal Goiano

Inovação e excelência na educação profissional e tecnológica

HAIHANI SILVA PASSOS
ROSENILDE NOGUEIRA PANIAGO
LAÍSE DO NASCIMENTO CABRAL RAMALHO
ÍTALO JOSE BASTOS GUIMARÃES
MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA

3. Relato Histórico-Institucional do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

Implantação, desafios e conquistas

ANDERSON MARTINS CORRÊA
AZENAIDE ABREU SOARES VIEIRA
DEJAHYR LOPES JUNIOR
ELAINE BORGES MONTEIRO CASSIANO
LUIS EDUARDO MORAES SINÉSIO
VINÍCIUS VILLAS BOAS

4. A interiorização histórica do Instituto Federal do Mato Grosso

NÁDIA CUIABANO KUNZE

5. Instituto Federal de Brasília

Espaço de encontros e de ampliação de horizontes

JEFFERSON SAMPAIO DE MOURA
ANA CRISTINA MOREIRA DOS SANTOS
FERNANDO COELHO BARBOZA

Catálogo Fotográfico

Prévia da publicação

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

“O QUE VALE NA VIDA NÃO É O PONTO DE PARTIDA E SIM A CAMINHADA.
CAMINHANDO E SEMEANDO, NO FIM TERÁS O QUE COLHER”

Cora Coralina

De epígrafe a esta apresentação são feitos os versos finais do poema “Meu melhor livro de leitura”, da poeta goiana Cora Coralina.¹ A travessia pelas páginas de um livro como uma experiência de transformação é o que esperamos oferecer aos leitores e às leitoras com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*. Contudo, não nos cabe limitar a reflexão apenas ao otimismo esperançoso de sonhos de um futuro verde, sobretudo quando a vegetação perde vitalidade sob pilhas e pilhas de folhas de papel, tornando-se inócua à medida que esquece seu propósito, como acusa Bernardo Élis, outro autor goiano (e ex-professor da Escola Técnica de Goiânia), em seu “Poema burocrático do Dia da Árvore”: “E na terra cansada de ser inculta/ plantaram árvores cansadas de ser inúteis.”² Para que esse cansaço não assuma lugar de regra, a reflexão crítica sobre o passado deve ser uma constante de modo que o plantio no presente rejeje o caminho da lavra e lance com mais zelo as sementes ao solo.

Sob a inspiração da poesia, entregamos ao público leitor estes cinco volumes sobre a história das instituições que compõem uma rede tecida por milhares de histórias pessoais e profissionais de servidores/as técnicos/as e docentes, bem como de estudantes de, pelo menos, uma dezena de gerações.

¹ CORALINA, C. Meu melhor livro de leitura. In: CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: minhas confissões de Aninha*. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. p.54-55.

² ÉLIS, B. Poema burocrático do Dia da Árvore. In: ÉLIS, B. *Primeira chuva*. Goiânia: Ed. IFG, 2021. p.85.

Certamente, houve tempo para que a sementeira se erguesse em troncos de árvores plantadas na extensão de norte a sul de nosso país. Essa referência vegetal se apresenta nas capas de cada volume: no primeiro, da Região Sudeste, aparece o jequitibá-rosa, considerado a maior árvore nativa do país; no segundo, da Região Centro-Oeste, o ipê-amarelo, cuja floração se apruma durante os períodos de maior secura; no terceiro, da Região Nordeste, o juazeiro, a lembrar sua presença marcante na cultura popular nordestina; no quarto, da Região Sul, a araucária e sua sobrevivência ante as ameaças de extinção; no quinto, da Região Norte, a samaumeira, chamada a “árvore da vida”. O porte, a resistência às adversidades, a inserção sociocultural, a resiliência e a vinculação com o mundo vivencial de várias populações poderiam ser algumas das características atribuídas à Rede por meio dessa metáfora arbórea. Para a numeração dos volumes, a princípio, seria seguida a ordem alfabética das regiões, mas, como o título coloca em destaque a longevidade da Rede em quase dois séculos de atividade, ou seja, de 1837 a 2024, ressaltou-se o valor dessa cronologia, dispendo o Sudeste no início, com a abertura do Colégio Pedro II, e, ao final, o Norte, onde estão localizadas algumas das instituições mais jovens. Essa ordenação também se orienta pela gradação de cores das capas, que, como concebidas pelo programador visual Pedro Carvalho, harmoniza-se à luz dos matizes do arco-íris.

A motivação inicial para a proposição deste ambicioso projeto editorial ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) foi a comemoração dos 115 anos das instituições que têm setembro de 1909 (um começo primaveril) como marco de sua criação – o qual se estende às demais por se considerar referência do primeiro esforço de estabelecer uma rede nacional para ofertar educação pública. A partir dessa motivação, constituíram-se os objetivos da coleção tanto divulgar uma história centenária tão influente nos rumos do desenvolvimento socioeconômico de nosso país quanto apresentar as peculiaridades da atuação das instituições em seu contexto local e regional, contribuindo, assim, para a construção das identidades institucionais por meio de pesquisas, documentos e registros fotográficos, de modo a consolidar uma fonte bibliográfica em que se reflita a multiplicidade da trajetória da Rede Federal. A proposta de publicação foi aprovada em plenário na 130ª Reunião Ordinária do Conif em janeiro de 2024, para lançamento durante a 48ª

Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec).

Esta coleção se materializa graças a um efetivo trabalho em rede, uma vez que uma publicação com abrangência nacional não poderia se concretizar em tão pouco tempo (de janeiro a outubro de 2024) se não pelo esforço coletivo. De uma parte, sete editoras assumem a organização: a Editora do Instituto Federal de Goiás se reúne em parceria de coedição com as editoras do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Espírito Santo para organizar o volume sobre as doze instituições do Sudeste; do Instituto Federal Goiano, para o livro sobre as cinco instituições do Centro-Oeste; do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal da Paraíba, para o trabalho sobre as onze instituições do Nordeste; do Instituto Federal Sul-rio-grandense, para as seis instituições do Sul, e do Instituto Federal do Pará, para as sete instituições do Norte. De outra parte, mais de 140 autores e autoras, servidores/as docentes e técnicos/as, ativos/as e aposentados/as, se incumbem da tarefa desafiadora de apresentar em pouco mais de duas dezenas de páginas a trajetória histórica das instituições onde trabalham ou trabalharam.

A preocupação com a narrativa histórica dessa trajetória foi sinalizada em 2009 durante as comemorações do centenário da Rede, que contaram com vários eventos, como o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (de 23 a 27 de novembro de 2009), a Mostra Fotográfica Itinerante (entre 2009 e 2010), os Jogos Estudantis da Rede Federal (2010), o Festival de Arte e Cultura da Rede Federal (2010) e a publicação pela editora do Instituto Federal de Brasília do volume *Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Houve também celebrações em 2019, quando se completaram 110 anos. Nas duas ocasiões, foram criados selos comemorativos que marcaram a importância desses aniversários como ocasião para mostrar à sociedade a presença longa dessas instituições na história de nosso país, o que se repetiu com os festejos dos 115 anos. Um dos legados de tais comemorações é o portal eletrônico com uma apresentação gráfica de pontos principais do passado e do presente da Rede, mantido pelo Conif.

A essas iniciativas se reúnem pesquisas e publicações acerca tanto dos percursos individuais de cada instituição quanto das configurações da educação profissional ao longo do último século e das duas primeiras décadas

do século XXI. De uma parte, pode-se exemplificar com obras como a coleção *Instituto Federal de Goiás: história, reconfigurações e perspectivas* e os livros: *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*; *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*, sobre a instituição em Pelotas/RS; *Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*; *A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da escola de aprendizizes artífices ao instituto federal [do Espírito Santo]*; *IFRN: 10 anos de criação em mais de um século de história*. A essas obras se somam vários artigos e livros sobre aspectos políticos, educacionais e sociais da educação profissional no Brasil, como é o caso de referências importantes como os títulos de prefaciadores/as da coleção: *Saberes e experiências em Educação Profissional e de Jovens e Adultos: a construção do conhecimento no Proeja Amazonas* (2010), organizado por Ana Cláudia Souza e Euzeni Trajano; *Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional* (2013), de Dante Moura; *História e política da educação profissional* (2014), de Marise Ramos; *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional* (2015), de Maria Ciavatta; *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (2023), de Eliezer Pacheco, e *Perspectivas da Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia* (2023), organizado por José Pinheiro e José Cavalcante. A palavra deles/as refloresce as narrativas históricas presentes nestas páginas.

Nesse esforço de mapear publicações sobre a construção progressiva da Rede Federal ao longo de sua existência, é possível encontrar históricos institucionais por meio de busca na internet, mas o acesso a eles não é facilitado para o público em geral. Além de estarem dispersos nos vários portais oficiais, por vezes, esses históricos não se encontram ostensivos – quando, por exemplo, aparecem apenas na página dos câmpus mais antigos – e, com frequência, os dados apresentados neles se resumem a pontuar as mudanças pontuais em denominações ou a mencionar a legislação principal de constituição histórica da Rede. Falta, assim, uma publicação em que a história particular de todas as instituições possa ser conhecida para além da visão panorâmica que transita entre os marcos das escolas de aprendizizes artífices, dos liceus profissionais, das escolas industriais e técnicas, dos patronatos e colégios agrícolas, das escolas agrotécnicas, dos centros federais de educação tecnológica e, por fim, dos institutos federais, incluindo nesse conjunto o Colégio

Pedro II. Essa medida se faz necessária ainda a fim de demonstrar a urgência urgentes de medidas para estudo, catalogação documental, conservação e comunicação da memória dessas instituições, o que está patente em iniciativas mais bem estabelecidas, como as observadas no Memorial do Instituto Federal do Ceará – Dr. Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe, no Centro de Memória do Instituto Federal do Instituto Federal de Minas Gerais e no Núcleo de Memória do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, exemplos a serem replicados por todo o país a fim de que a sociedade tenha mais uma entrada no ecossistema da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que foi instituída com essa nomenclatura há pouco mais de 15 anos.

Em dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu a Rede Federal, por meio da reunião das 41 instituições cuja história é apresentada nesta coleção: os 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e o Colégio Pedro II. A elas se somam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, cuja organização obedece a princípios específicos. No artigo 5º dessa lei, apresenta-se a origem dos IFs, que se constituem a partir de dois processos: (1) da transformação de uma única instituição ou (2) da integração de duas ou mais instituições. Tais processos envolveram 31 centros federais de educação tecnológica, 75 unidades de ensino descentralizadas, 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades. Nesse conjunto, além do Colégio Pedro II, que está em atividade desde 1837, há outras instituições cuja história remonta ao século XIX, como o Instituto Federal do Paraná, que se origina da Escola Alemã criada em Curitiba/PR em 1869,³ e o Instituto Federal Baiano, que mantém em sua constituição a área da Fazenda Modelo de Criação, vendida ao governo da Bahia em 1897 e federalizada em 1918.⁴ Ao mesmo tempo, há o caso do Instituto Federal do Acre, que teve sua criação como escola técnica federal autorizada em 2007, mas que foi de fato implantado já como instituto federal,

³ IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Linha do tempo*. Curitiba: IFPR, 2023. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/historia/linha-do-tempo/> Acesso em: 15 jul. 2024.

⁴ IFBAIANO (Instituto Federal Baiano). *Histórico*. Catu: IFBaiano/Câmpus Catu, 2011. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/historico/> Acesso em: 15 jul. 2024.

iniciando suas atividades em 2010. Assistimos, portanto, a uma diversidade de cronologias entre as instituições que se reconfiguraram para dar lugar à Rede, que, com uma diversidade similar à da flora brasileira, assomou-se à constituição de conjunto, sem, contudo, eliminar os matizes e as texturas das vegetações próprias de cada ecossistema local e regional.

A diferença temporal existe mesmo entre aquelas escolas que compuseram a primeira configuração de um sistema educacional nacional na primeira década do século XX. Em 23 de setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, determinou, por meio do Decreto n. 7.566, que fossem criadas 19 escolas de aprendizes artífices (EAA), uma em cada capital estadual da época, as quais estariam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De acordo com Soares,⁵ a efetiva implantação das escolas aconteceu somente em 1910 entre 1º de janeiro, nos estados de Piauí, Goiás e Mato Grosso, e 1º de outubro, no Amazonas. A diferença de dias ou de meses nesse processo inicial de implantação sinaliza para a singularidade local das trajetórias dessas instituições congêneres, o que denota a tão frequente divergência entre as diretrizes legais no campo educacional brasileiro e sua aplicação no chão da realidade. Além da diversidade na temporalidade real de funcionamento das escolas, há duas exceções quanto ao projeto político de vinculá-las às capitais estaduais: no Distrito Federal, Rio de Janeiro, a instituição foi sediada em Campos, cujo prefeito articulou a doação de um prédio na cidade, o que não foi feito pelo presidente do estado à época, que afirmou não haver disponibilidade na então capital, Niterói; no Rio Grande do Sul, também não foi instalada uma unidade da EAA, porque já havia em Porto Alegre o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia (mais tarde, Instituto Parobé), que, no entanto, passou a receber subvenção do governo federal por meio do Decreto n. 9.070, o qual, em 1911, aprovou um novo regulamento para as escolas criadas dois anos antes.⁶ As bifurcações dos galhos começaram a ressurgir antes mesmo de se erguer em corpo o caule em rede.

Depois desse regulamento de 1911, houve outro em 1918, que instituiu outras diretrizes a serem seguidas pelas EAAs, modificando, entre

⁵ SOARES, M. J. A. As escolas de aprendizes artífices – estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982.

⁶ CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

outros aspectos, a faixa etária dos educandos. Apesar de serem regidas por uma regulamentação comum, o que era um acontecimento diferencial na organização da educação pública no país, as escolas adquiriram feições específicas de acordo com as demandas de cada contexto. Por exemplo, havia no decreto de criação a indicação de que deveriam ser definidas até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, buscando consultar as especialidades das indústrias locais: segundo Cunha,⁷ praticamente todas ministravam carpintaria, a maioria incluía sapataria e alfaiataria, mas eram poucas as que ofereciam a formação que mais se ajustaria ao pretense fomento à incipiente industrialização com os ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade, como se viu na unidade de São Paulo. O regramento geral se ajustou, portanto, ao cultivo próprio das realidades de um país com muitas desigualdades, especialmente no que diz respeito às atividades produtivas locais e regionais. E a seara dos cursos semeou novas culturas ou foi por elas semeada à medida que se modificaram as demandas políticas, econômicas, sociais e, por extensão, educacionais, o que se traduziu, no campear das décadas, na transição do nível primário para o secundário, nas diferentes configurações do ensino técnico de nível médio, na formação de mestres de oficina e professores, na oferta de engenharias e cursos superiores de tecnologia, na ampliação da atuação das instituições na graduação e na pós-graduação e, mais recentemente, na criação de bacharelados e licenciaturas, bem como de mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos, alguns deles desenvolvidos em rede ou em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Esta é uma aragem profícua para estudo.

Os anos 1920 marcaram a rede em gestação por esforços de reestruturação a fim de garantir às EAAs condições adequadas para seu funcionamento em atenção à demanda do incipiente setor industrial brasileiro.⁸ A função assistencialista das escolas, direcionadas para a formação técnica dos “desfavorecidos da fortuna”, em pouco tempo adquiriria novas conotações por reverberação das mudanças no cenário político-econômico,

⁷ Cunha (2000).

⁸ ASSIS, S. M.; MEDEIROS NETA, O. M.; GONÇALVES, I. A. Das Escolas de Aprendizes Artífices ao ensino técnico industrial (1909-1943). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, p. 1-17 e14026, out. 2022.

que passava a requerer um movimento de industrialização do ensino. Os referidos regulamentos sinalizavam o percurso de reconfigurações que as instituições, tanto as criadas em 1909 quanto as implantadas posteriormente, seguiram ao longo de sua trajetória, decênio a decênio, em razão da reformulação das políticas relacionada à educação profissional e técnica, bem como ao ensino agrícola. As mudanças na formação oferecidas pelas escolas interferiam também no perfil do alunado recebido à sombra de suas copas, a idade, a instalação em regime de internato e, em um ponto de inflexão sociocultural, a liberação do acesso ao público feminino.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o sistema federal das escolas de aprendizes artífices deixou de estar sob a gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que, como revela Cunha,⁹ apontou para um novo projeto político educacional instalado no Brasil a partir da Revolução de 1930, com um alcance nacional mais efetivo. Em 1935, Francisco Montojos, titular da então recém-criada Superintendência de Ensino Industrial, curiosamente em resposta a um encaminhamento do poeta Carlos Drummond de Andrade, na época chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema, descreveu as condições estruturais das EAAs e discriminou as pedras no caminho da remodelação de seus edifícios. Em documento posterior, Montojos anunciou a construção de novos prédios em Piauí, Paraná e Pernambuco.¹⁰ Muitas dessas edificações, das quais há registros em vários dos capítulos a seguir, tornaram-se patrimônios arquitetônicos inseridos na paisagem das cidades, como um museu aberto, um museu vivo, habitado por uma história em processo.

Em 1937, com o estabelecimento de uma nova organização para o recém-criado Ministério da Educação, algumas das instituições passaram a ser liceus industriais. Apesar de essa nova disposição ter vigorado pouco, jornais de Santa Catarina, por exemplo, não demoraram a noticiá-la. Em Goiânia, a designação de liceu existiu apenas em documentos e jornais, visto que a inauguração da instituição na nova capital de Goiás aconteceu em 1942 já com a outra nomenclatura, sob a égide do Decreto-Lei n.

⁹ Cunha (2000).

¹⁰ MONTOJOS, F. *Ofício n. 3713, de 5 de novembro de 1935*. Rio de Janeiro: Superintendência do Ensino Industrial, 1935. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_G&pasta=GC%20g%201935.0&pagfis=26 Acesso em: 30 jul. 2024.

4.127/1942, que estabeleceu uma nova organização para a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, constituída por escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem. Esse decreto instituiu unidades escolares em todo o país: nove na Região Sudeste – Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Darcy Vargas, Escola Técnica de Química, Escola Industrial de Fiação e Tecidos, no Rio de Janeiro/RJ; Escola Nacional de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto/MG; escolas técnicas em Vitória/ES, Niterói/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG (estas três últimas foram implantadas, a princípio, como escolas industriais); nove na Região Nordeste – escolas técnicas em São Luís/MA, Recife/PE e Salvador/BA (esta teria seu funcionamento condicionado à construção da sede) e escolas industriais em Teresina/PI, Fortaleza/CE, Natal/RN, João Pessoa/PB, Maceió/AL e Aracaju/SE; três na Região Sul – escolas técnicas em Curitiba/PR e Pelotas/RS e industrial em Florianópolis/SC; duas na Região Centro-Oeste – a Escola Técnica de Goiânia/GO e a Escola Industrial de Cuiabá/MT – e duas na Região Norte – a Escola Técnica de Manaus/AM e a Escola Industrial de Belém/PA. As folhagens da Rede cresciam pelos céus brasileiros.

Em 1959, a Lei n. 3.552 estabeleceu uma nova organização escolar e administrativa para os estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, transformando-os em autarquias. Nesse mesmo ano, o Decreto n. 47.038, que regulamentou essa modalidade de ensino, listou as 23 unidades que constituíam a Rede Federal, pouco se modificando em relação à configuração vigente desde os anos 1940. Mais que a letra da lei, em um fato notório afluíram mais concretamente o funcionamento em rede dessas instituições em diferentes dimensões, inclusive na articulação política de seus estudantes, que, em maio daquele ano, promoveram uma greve nacional com a adesão de várias escolas a fim de reivindicar a exoneração de Montojos do comando da pasta do ensino industrial em prol do desenvolvimento do ensino técnico-industrial do país, como registra notícia do *Diário de Pernambuco*.¹¹ Além de mostrar um movimento de integração multi-institucional favorecido pela constituição comum das escolas, esse evento revelou um

¹¹ ESTUDANTES técnicos industriais decretaram greve em todo o país. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 119, p. 9, 26 maio 1959. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/029033_13/56609 Acesso em: 10 ago. 2024.

aspecto da formação profissional do corpo estudantil, a qual ultrapassava e ultrapassa o atendimento ao mercado de trabalho, na medida em que engendrava e engendra, retomando as palavras de Bernardo Élis, muito mais que “alunos cansados fazedores de deserto”.

A dimensão federal das escolas técnicas foi confirmada em seu nome em 1965 com a Lei n. 4.759. Os diferentes nomes das instituições também participam do feito memorialístico. A designação de escolas técnicas e agrotécnicas federais foi a que vigorou por mais tempo, o que por certo criou uma identidade institucional com as gerações de estudantes que nelas se formaram e que perguntam quando ouvem sobre algum IF: “é a antiga escola (agro)técnica?” Entre as 41 instituições, apenas o Cefet/RJ guarda em sua identificação a homenagem a um servidor, o professor Celso Suckow da Fonseca, que nos legou os cinco volumes fundamentais de *História do ensino industrial no Brasil*. Essa nomeação, concedida em 1967, manteve-se mesmo quando a então Escola Técnica Federal da Guanabara foi transformada em centro federal de educação tecnológica em 1978, pela Lei n. 6.545. A exceção poderia ser a regra, uma vez que, durante todo esse tempo, as instituições resistiram a cenários muitas vezes adversos graças à resiliência de professores e professoras, técnicos e técnicas, gestores e gestoras, cujo trabalho foi indispensável para a construção dessa história e cujo nome poderia ser atribuído a sedes administrativas, auditórios e ginásios, porque o que fizeram não pode e não deve ser esquecido. Todavia, talvez não houvesse fachadas suficientes para homenagear tantos servidores e servidoras que fizeram e fazem acontecer a Rede, à medida que ela estende suas raízes pelas diferentes terras brasileiras.

Nos anos 1980, durante o governo Sarney, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, lançado em 1986, previu a instalação de 200 escolas técnicas – industriais e agrotécnicas –, em acréscimo às 57 existentes, conforme o relatório *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*.¹² Para alcançar essa meta, foi autorizada, por meio Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987, do MEC, a criação de unidades de ensino descentralizadas (Uneds) nas estruturas

¹² BRASIL. *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*. Brasília: Ministério da Educação, 1990. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208_1.pdf Acesso em: 25 ju. 2024.

organizacionais das escolas técnicas federais e nos centros federais de educação tecnológica. Contudo, essa grande expansão, que pode ser considerada a primeira da Rede, foi menos numerosa que a previsão inicial, como se pode verificar da Lei n. 8.670/1993, em que foram criadas a Escola Técnica Federal de Roraima e 9 escolas agrotécnicas federais em 6 estados brasileiros e foram nomeadas apenas 33 uneds, distribuídas em 19 estados. A visada para o passado é indispensável ao mapeamento dos descompassos entre os planos governamentais e sua execução, o que torna fértil o solo para o florescimento de soluções para o futuro.

As escolas agrotécnicas federais possuem percursos ainda mais particulares que as instituições criadas em 1909. Conforme os históricos localizados nos portais institucionais dos IFs que provieram dessas escolas, praticamente em todas as décadas do século XX registra-se a criação de alguma unidade dedicada ao ensino agrícola, para mencionar alguns casos: em 1910, foi criado o Aprendizado Agrícola de Barbacena, na cidade de mesmo nome, e, em 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, em Satuba/AL; em 1923, o Patronato Agrícola Rio Branco, em Manaus/AM, e, em 1924, o Patronato Agrícola São Maurício, em São Cristóvão/SE; em 1941, a Escola Prática de Agricultura, em Santa Teresa/ES, e, em 1943, o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger/MT; em 1954, a Escola Agrotécnica de Crato, e, em 1959, a Escola Agrotécnica Federal de Brasília, em Planaltina/DF; em 1962, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, em Iguatu/CE, e, em 1969, o Ginásio Agrícola Clemente Machado, em Salinas/MG; em 1980, a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, na cidade homônima, e, 1988, a Escola Agrotécnica Marly Sarney, em São Gabriel da Cachoeira/AM; em 1993, como mencionado anteriormente, outras 9 escolas foram criadas; por fim, mais recentemente, em 2007, foi inaugurada uma escola agrotécnica federal em Nova Andradina/MS. Nesse percurso, igualmente secular, várias nomenclaturas foram empregadas, o que refletia mudanças na legislação pertinente a esse ensino e em sua concepção formativa: patronatos e aprendizados agrícolas, escola de iniciação agrícola, escolas agrícolas, escolas práticas de agricultura, ginásios e colégios agrícolas, escolas agrotécnicas. A flora da Rede não se espalhou somente entre os prédios das cidades, mas ocupou igualmente a vastidão dos campos.

Apesar dessa diversidade cronológica e terminológica, houve leis que repercutiram de forma mais abrangente sobre várias dessas instituições,

sinalizando para sua configuração como rede de alcance nacional. Em 1934, o Decreto n. 24.115, de 12 de abril, dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, o que representou a federalização de vários patronatos agrícolas e sua transformação em aprendizados agrícolas. Em 1967, o Decreto n. 60.731, de 19 de maio, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, passando a ser adotada a nomenclatura de colégio agrícola. Em 1993, a Lei n. 8.731, de 16 de novembro, transformou as escolas agrotécnicas federais em autarquias. Um ano depois elas passariam a integrar o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que repercutiu na organização de várias instituições, forjando a conexão de múltiplos biomas, semelhantes em sua diversidade.

A Lei n. 8.948/1994, além de reunir em um mesmo sistema federal escolas técnicas e agrotécnicas, deu início ao processo de “cefetização”, trazendo à cena a institucionalidade dos centros federais de educação tecnológica e uma atuação mais extensiva no ensino superior. Segundo Campello, no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, todas as escolas técnicas federais e dez escolas agrotécnicas tinham se tornado Cefets.¹³ Quando a autora submeteu seu artigo, o governo Lula já havia começado a expansão da Rede Federal, que teve início em 2005 e prosseguiu em 2007 e 2011, com a instalação de várias novas unidades, com foco na periferia dos grandes centros urbanos e nos municípios do interior.¹⁴ No meio da plantação de escolas Brasil adentro, outro processo de transformação da Rede se estabeleceu: a “ifetização”. Como resultado dessa expansão, em 2024 existem 685 unidades, incluindo as vinculadas à Universidade Tecnológica Federal do Paraná e às 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais. Para apresentar essa paisagem atual, incluímos, ao fim de cada volume, um catálogo de registros fotográficos dos câmpus e das sedes administrativas das instituições situadas nas mais diferentes localidades das cinco regiões do país. Estabelece-se um panorama como referência para um marco da história recente: o anúncio em março deste ano de outros 100 câmpus, uma

¹³ CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais-Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007.

¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoef/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

maneira simbólica de comemorar o aniversário celebrado em setembro último, abrindo mais uma primavera.¹⁵

Embora no transcurso desses 115 anos haja marcos legais que se referiram às instituições que compunham a Rede Federal em suas diferentes configurações ao longo do tempo, as diretrizes e determinações adquiriram feições peculiares em sua inserção na realidade local e regional. Nos parágrafos anteriores, não fizemos mais que sumariar a localização de onde, gradativamente, foram sendo instaladas unidades que hoje constituem a capilaridade da Rede, a qual afirma sua importância justamente em seu movimento característico de interiorização. Todavia, isso não se desenvolveu de maneira uniforme, uma vez que em cada contexto intervieram influências políticas de diferentes esferas, bem como fatores socioeconômicos e culturais, fazendo com que os processos de implantação fossem mais céleres e consistentes em alguns municípios que outros. Há, portanto, particularidades nesses percursos que merecem ser conhecidas, o que nos esforçamos para compor nesta coleção em poucos meses de um verdadeiro mutirão, que envolveu tanto a elaboração dos textos quanto a seleção de fotos marcantes do passado e do presente de cada instituição, dispostas em belos mosaicos ao fim dos capítulos. As páginas que se somam nesta floresta de palavras e imagens são sementes a serem plantadas por outros/as pesquisadores/as em estudos aprofundados sobre essas memórias, amadurecidas pelo ciclo de outras estações.

Instituições e editoras não se constroem de fato com pedras e papéis, fazem-se, sobretudo, com pessoas, que devem ser nomeadas. Nesta empreitada memorialística, trabalhamos em conjunto com Adonai Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo, Sarah Bertolli, Flávia Arruda, Ana Paula da Cruz, Carla Fiori e Raimundo Pacheco. Nós que assinamos a organização deste trabalho não tivemos tempo para misturar as raízes: “Apenas enlaçamos/ os ramos/ e sonhamos juntos”. Às palavras de Cora Coralina, juntam-se as da paranaense Helena Kolody para dizer melhor da matéria que brota nestas ou destas folhas.¹⁶ Esse sonho, contudo, não foi confabulado pelo sono, mas

¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. MEC celebra 115 anos da Rede Federal. *Notícias*, Brasília, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/mec-celebra-115-anos-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

¹⁶ KOLODY, H. Nós. In: KOLODY, H. *Viagem no espelho e vinte e um poemas inéditos*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33.

pelo labor do cultivo que se quer colheita, como se seguissemos o conselho do poeta amazonense Thiago de Mello: “Não vinga o sonho da folha/ se não crescer incrustado/ no sonho que se fez árvore.”¹⁷ Neste sonho coletivo, não negamos a nossa singularidade, entalhada na tensão entre nossa pessoa humana e a paisagem em que ela se inscreve, todavia, em um uso livre dos versos do poeta maranhense Ferreira Gullar, nas zonas onde coabitam ipês, jequitibás, samaúmas, juazeiros e araucárias “uma árvore está/ em qualquer outra”; quando seus galhos se entrelaçam em ponte, “uma árvore/ está em qualquer uma de suas folhas/ (mesmo rolando longe dela)”; se dessa ponte se faz história, “uma árvore está num livro/ quando um vento ali a folheia”.¹⁸ Ainda que esse vento traga a estiagem, não desistimos do nosso percurso, talvez com a escuta ao longe da voz-mulher da poeta mineira Conceição Evaristo: “E que venham todas as secas, o homem esperançoso há de vencer.”¹⁹ Assim, vencemos nós, os que sonham e fazem a educação.

Inspirado nessas palavras poéticas dos vários cantos de nosso país, peço licença aos leitores e às leitoras para me exprimir em singular no encerramento desta apresentação. Escrevo este texto como resultado do percurso de um pesquisador que não tem a Educação Profissional e Tecnológica entre seus principais focos de interesse, porém que aprendeu com Paulo Freire a importante lição de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Como egresso do então Cefet-GO e servidor do atual IFG, tenho esta instituição e a Rede que ela integra como larga parte do meu mundo. Pelo caminho da memória, estou a lê-la dia após dia e, nas páginas desta coleção, me junto aos/ às colegas que fazem o mesmo em seu lugar, propondo-se a cultivar conhecimentos e partilhá-los com quem se alimentará destas palavras.

OLLIVER MARIANO ROSA
ORGANIZADOR-GERAL DA COLEÇÃO

¹⁷ MELLO, Thiago de. Sonho domado. In: GOMES, J. *Dez poemas de Thiago de Mello (1926-2022)*. Disponível em: <https://vidasecreta.weebly.com/thiago-de-mello-dez-poemas.html> Acesso em: 15 ago. 2024.

¹⁸ GULLAR, F. *Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 91-92.

¹⁹ EVARISTO, C. Na esperança, o homem. In: EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2008. p. 55-56.

PREFÁCIO

REPETIR REPETIR — ATÉ FICAR DIFERENTE.

REPETIR É UM DOM DO ESTILO¹.

Manoel de Barros²

O que significa hoje, no Brasil, a publicação de uma coleção sobre a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, reconstruindo a história dessas instituições desde a sua origem oficial como escolas de aprendizes e artífices? O que significa remontar a esse período percorrendo as trilhas da história, redesenhando essas linhas e “repetindo” histórias? Por que falar mais uma vez de escolas destinadas a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o preparo técnico e intelectual, e fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastaria da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (Decreto n. 7566/1909)? escolas que se transformaram em técnicas em 1959, se somaram, na esfera federal, às escolas agrotécnicas nos anos 1960 e foram alçadas, quase um século depois, a institutos federais de educação, ciência e tecnologia?

Por que densas florestas e terrenos áridos e férteis da formação social brasileira passaríamos ao caminhar nessas trilhas? Pelos emaranhados de políticas públicas conservadoras que tentaram privatizá-las, estreitar finalidades e subjugar-las aos interesses do capital; mas também pelos terrenos da “cefetização” nos anos 1990 e das Universidades Tecnológicas na transição para os 2000. São mediações históricas que se confrontam como teses e antíteses, cuja síntese se manifesta em 2008

¹ Agradecimento a Ana Letícia Couto Araújo que, na semana em que eu escrevia este prefácio, numa aula para estudantes de mestrado e doutorado sobre Antonio Gramsci, viu relação entre o pensamento desse intelectual e o verso de Manoel de Barros.

² BARROS, M. de. Uma didática da invenção: III. In: BARROS, M. de. *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016. p. 16.

com a consolidação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Como contradições secundárias da contradição principal capital-trabalho, as políticas voltadas para a educação da classe trabalhadora em instituições federais conformam particularidades institucionais que não revelam de imediato o quanto um desses polos da contradição tem sido fortalecido. Entretanto, a comemoração dos seus 115 anos comprova que as lutas conseguem mantê-las vinculadas a interesses e necessidades da classe trabalhadora, num processo permanente de superação de interesses opostos.

No contexto das primeiras escolas de aprendizes artífices, cujos exemplares nessa obra constituem o Instituto Federal de Goiás e o Instituto Federal de Mato Grosso, o ensino profissional visava muito mais combater os problemas sociais decorrentes da urbanização crescente do que a formação de trabalhadores qualificados, já que o desenvolvimento industrial naquele momento era incipiente. As escolas então criadas não se articulavam com os demais graus de ensino e destinavam-se à classe operária, enquanto o ensino propedêutico e intelectual era destinado à classe dominante.

Os anos de 1940 foram determinantes para a primeira reorganização, considerando a conjuntura econômica da Segunda Guerra Mundial, da qual resultaram a expansão da produção industrial e a necessidade de emprego racional de trabalhadores. O Ensino Técnico Industrial assumiu grandes dimensões e a distribuição de matrículas seguia, grosso modo, as demandas industriais. Permaneceu, no entanto, a desarticulação entre esse sistema e o ensino superior.

No período desenvolvimentista, o Estado assumiu parte da qualificação de trabalhadores, de acordo com suas funções no plano dos investimentos públicos estratégicos. A equivalência do ensino técnico com o secundário propedêutico foi fundamental para a redefinição do curso e do exercício técnico-profissional, consolidados de forma contraditória na educação brasileira e na divisão técnica do trabalho pela Lei n. 5.692/1971, bem como na política do *man power approach* (cálculo da mão de obra). Técnicos de nível médio se mostraram, então, fundamentais nas funções intermediárias entre trabalhadores pouco qualificado e os profissionais de nível superior.

Consolidou-se, ao mesmo tempo, a dualidade educacional brasileira, especialmente após a revogação da profissionalização compulsória

no segundo grau, que desenhou os ramos propedêutico e profissionalizante. Não foi nas escolas técnicas federais onde mais se sentiram os efeitos da dualidade, pois, apesar do sério prejuízo da formação dos estudantes no âmbito das ciências humanas, letras, filosofia e artes, a unidade ciência, trabalho e tecnologia, que caracterizaram os currículos a partir de então, formou a base intelectual de estudantes/trabalhadores que se viram cada vez mais aptos não só ao ingresso no mundo do trabalho, mas também ao acesso ao ensino superior.

Fenômeno não diferente se constatou com estudantes das escolas agrotécnicas, institucionalidade firmada no lastro da “Revolução Verde” no Brasil dos anos 1950/1960, como mostra a memória das escolas que formaram o Instituto Federal Goiano e o Instituto Federal de Brasília. Este último, em particular, guarda a memória da fundação da nova sede da capital federal e exemplifica a ligação dessas escolas com uma política de autoabastecimento da região. Entre a lógica do agronegócio e da soberania alimentar, a relevância histórica desse ramo da educação profissional e tecnológica no Brasil é inegável.

Na contraditória convergência entre redemocratização e neoliberalismo no Brasil na passagem dos anos 1980 para os 1990, esteve a tentativa de converter as escolas federais ao modelo dos sistemas de aprendizagem, cuja medida mais assertiva ocorreu com o Decreto n. 2.208/1997, exarado poucos meses após a aprovação da LDB de 1996 em versão minimalista frente à defendida pela sociedade civil. A separação formação geral e formação técnica era somente a condição inicial para uma significativa reestruturação da educação profissional, que implicava o fim da oferta da primeira como ensino médio, juntamente com o desfinanciamento estatal articulado ao apoio à esfera privada, única possibilidade de qualquer expansão.

A “cefetização”, inicialmente antítese à privatização, uma vez que o avanço das funções institucionais necessariamente implicaria maior financiamento e fortalecimento institucional, foi, ao mesmo tempo, um reforço da tese, pois esteve condicionada à retração do ensino médio e ao estabelecimento de parcerias privadas visando à arrecadação de recursos próprios. Não obstante, o caráter oficialmente público e estatal se manteve, constituindo-se como resistência que sustentaram a rede

federal até o contexto da expansão e da criação dos institutos nos governos ligados ao Partido dos Trabalhadores.

Os institutos mais recentes, como aqui é retratado o do Mato Grosso do Sul, não viveram diretamente esse “emaranhado” político, tendo nascido e aprendido a caminhar pelas trilhas da educação profissional e tecnológica apoiados em bastões do novo desenvolvimentismo. Trata-se, é verdade, de um modelo econômico passível de críticas; mas sua lógica inspirou a expansão da Rede Federal e a política pública mais robusta desde o fim dos anos de 1950, que foi a criação dos institutos federais em 2008.

Esse padrão de desenvolvimento, no Brasil, baseou-se, principalmente no estímulo ao consumo, que provocaria a reação das empresas para produzir e investir, dinamizando o mercado interno e retomando o ciclo do capital produtivo. Argumentos em sua defesa destacaram a importância do papel da indústria na definição das perspectivas da economia brasileira para a geração de saldos comerciais e para a qualificação do mercado de trabalho, porque este seria ainda o setor dos melhores empregos. A indústria seria também necessária à inovação e à modernização da economia, bem como para a geração de demandas de serviços mais qualificados, relacionados a atividades de pré e pós-produção.³

Posições contrárias a esse modelo o identificam como linha auxiliar do neoliberalismo, cuja estratégia estaria principalmente nas operações de financiamento estatal para a concentração e a centralização dos capitais nacionais visando à formação do capital financeiro brasileiro e posterior expansão internacional para países menos desenvolvidos.⁴ Nesse período, a expansão da rede federal foi acompanhada do Pronatec como eixo da política de educação profissional, cuja lógica foi mais de formação para o trabalho simples do que para novos postos que a dinamização da economia poderia solicitar.

O fato é que as trilhas escuras e emaranhadas da história da educação profissional no Brasil terminaram numa clareira de reconhecimento e fortalecimento institucional. Parecia que se afirmaria, definitivamente, o caráter estratégico dessa rede para a sociedade brasileira.

³ KUPFER, D. Desenvolvimento é crescimento com mudança estrutural. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, ano XII, n. 392, p. 18-20, 14 maio 2012.

⁴ CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Revista de Serviço Social*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

Isso se comprovaria também pelo processo de interiorização, com consequências virtuosas que implicou a ampliação do acesso à educação básica, profissional e tecnológica, inclusive no nível superior, a populações que não teriam tal oportunidade, salvo pela migração para centros urbanos. Cabe destacar a aliança entre essa política e as de expansão também das universidades federais e de incentivo ao acesso e à permanência nas instituições por políticas de cotas e financiamento estudantil direto e indireto. Foi um contexto também em que tais direitos, não sem reação dos conservadores, se estenderam a populações do campo, indígenas, quilombolas e ribeirinhas sem infringir suas identidades étnicas-raciais e culturais.

Obviamente, nessa clareira todos ficaram mais visíveis, inclusive com suas armas – posicionamentos ético-políticos e ideológicos –, acirrando-se, assim, as reações e as disputas. Mas este é o jogo democrático e a dialética das relações sociais que não escapam do que já sinalizamos: a contradição capital-trabalho.

A criação dos institutos federais impôs condições importantes para que esses 115 anos de atividades não abandonassem o núcleo que os diferenciou no processo histórico de negação do direito à educação de qualidade à classe trabalhadora: o ensino médio e este, na forma integrada à educação profissional. Trata-se da construção que pode ser recuperada a partir da revogação do Decreto n. 2.208/1997 pelo Decreto n. 5.154/2004, como uma concepção que visa, com mediações históricas e contraditórias específicas na nossa sociedade, à disputa pela educação politécnica e omnilateral da classe trabalhadora. As licenciaturas foram também uma ação valorizada, reconhecendo-se a enorme contribuição que a Rede, pela síntese que a constitui como instituições de educação, ciência e tecnologia, teria à formação de educadores. Destacamos, certamente, o ensino superior em geral de graduação e de pós-graduação, o desenvolvimento de pesquisas e a extensão.

A política de verticalização é outra marca da Rede que pode proporcionar a integração em diversas perspectivas. A integração entre níveis, etapas e modalidades de ensino contribui para superar isolamentos, hierarquias e subordinações que existem na nossa estrutura educacional. Por exemplo, a identidade do ensino médio tende a não ser construída a partir da finalidade de formação de jovens (e adultos, quando na modalidade EJA), mas sim como passagem para o ensino superior –

função propedêutica – ou para o mercado de trabalho – função profissionalizante. Dessa forma, é algo externo ao ensino médio que o determina. A integração deste com a educação profissional (forma integrada de oferta) e com o ensino superior (verticalização) proporciona a consolidação de identidade não como subordinada a uma função heterônoma, mas sim porque uma sólida formação científico-tecnológica e cultural consolida, antes, o ser humano como dirigente e, por conseguinte, suas capacidades de ampliação dos estudos e de exercício profissional.

Já a integração ensino-pesquisa-extensão, princípio estruturante da formação superior – e aqui valho-me do conceito de Antonio Gramsci⁵ de que formação superior é aquela que proporciona o acesso ao conhecimento no estágio mais avançado que pode ser produzido e não somente como o que é o nível superior de ensino – tem nos institutos federais uma materialidade fecunda para se realizar. A dinâmica de professores pesquisadores atuando nos níveis da educação básica e superior proporciona a formação de grupos de pesquisa com estudantes de diversos vínculos e, conseqüentemente, sua formação científica desde então, como o filósofo italiano também nos advertia. O mesmo se pode dizer quanto à extensão, já que esta dá objetividade a uma das funções precípuas das instituições de ensino e pesquisa, que é levar o conhecimento por elas produzido à sociedade, assim como a integração da educação à prática social.

Há que se cuidar, ao mesmo tempo, para que a verticalização não seja “de estudantes”, face ao risco de estreitamento de seus horizontes e de sua formação. Com o mesmo sentido, há que se discutir os efeitos profícuos e deletérios da curricularização da extensão, quando, ao invés de se expandirem conhecimentos para a prática e a realidade social, restringe-se tal movimento aos limites do currículo formal, podendo vir ainda a substituir a aprendizagem sistematizada por experiências ocasionais.

O compromisso e a seriedade da gestão administrativa e acadêmica dos institutos aqui retratados, testemunhados pelo acesso à sua história proporcionada pela leitura dos textos, indicam que as oportunidades geradas pelas conquistas ético-políticas estão asseguradas e não foram capturadas por interesses instrumentais e mercantis.

⁵ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Sabemos que um dos maiores desafios a serem enfrentados hoje está não somente na resistência à contrarreforma do ensino médio, mas, principalmente, a todo o escopo ideológico que a sustenta. Nesse momento, essa ideologia pode se tornar uma cultura em nossa sociedade, alimentada pelo negacionismo e pelo neoconservadorismo, que, tristemente, se condensam em perspectivas neofacistas que chegamos a testemunhar.

Mas não se completam 115 anos por acaso. A história dos institutos federais e daqueles particularmente analisados neste livro não é um rio que, a cada obstáculo, desvia-se passivamente para se manter em seu leito. É uma história de tempestades e cheias, estiagens, secas e desertificações, mas também de abundância, que possibilitam irrigar e tornar férteis as terras; de águas pelas quais se pode navegar, mas que também forma quedas que questionam e desafiam nossas formas, como pessoas humanas que agem para viver e vivem para transformar. Se o princípio dessas metáforas é a unidade entre ser humano e natureza, que os institutos federais sejam espaços/tempos de unidade trabalho-ciência-cultura como processos históricos de produção da existência humana, orientados, nas relações políticas, pela ética de que fazemos história em circunstâncias dadas e de que, se os filósofos, até hoje, limitaram-se a interpretar o mundo, precisamos transformá-lo.⁶⁷ Este livro nos inspira em tal movimento, com o poeta Manoel de Barros, a “repetir” histórias até que “fiquem diferentes”; não numa metamorfose, mas em nome da “valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro”.⁸ Boa leitura, e boas novas repetições!

MARISE RAMOS

6 MARX, K. *O dezoito brumário*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

7 MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

8 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 42.

APRESENTAÇÃO

DOS IPÊS-AMARELOS E DAS ESCOLAS QUE FLORESCEM NO INVERNO

CAMINHOS

SE CAMINHAMOS JUNTOS,
SE JUNTOS DIVIDIMOS,
QUEM SABE DA RENÚNCIA
QUE NOS VAI CONDUZINDO?

QUEM SABE DOS INTENTOS
TÃO DISTANTES, TÃO PRÓXIMOS,
QUE AMAMOS EM SILÊNCIO
COMO UM SEGREDO NOSSO?

QUEM SABE DO CAMINHO,
SE TUDO É TÃO NOTURNO
E O SONHO É COMO UM SINO
ALÉM, ALÉM DO MUNDO?

Gilberto Mendonça Teles (2003)⁹

No coração do Brasil, onde o Cerrado estende seu manto de vegetação resistente e rica, o ciclo das estações descortina um espetáculo único. O inverno, com seu vento seco e céu azul, parece adormecer a vida. É nesse cenário que o ipê-amarelo desponta, uma árvore símbolo de resistência e resiliência, marcando o solo com sua beleza inesperada. Em meio à aparente aridez, o ipê floresce cobrindo as paisagens de um amarelo vibrante que ilumina o inverno e convida o observador ao

⁹ TELES, Gilberto Mendonça. *Hora aberta*: poemas reunidos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

assombro e à esperança. O ipê-amarelo não apenas resiste; ele se transforma. Quando tudo parece estagnado, sua floração renova a paisagem, ressignificando o ciclo natural e mostrando que a vida continua, mesmo nos períodos de maior desafio. Essa metáfora encontra eco na trajetória dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs) na Região Centro-Oeste. Assim como os ipês florescem no inverno, essas instituições surgem e prosperam em meio a condições adversas, enfrentando desafios que testam sua resiliência, mas também revelam sua força transformadora.

Não é por acaso que o poeta goiano Gilberto Mendonça Teles, ao compartilhar os (des)caminhos da vida, atravessa-os com as trilhas da coletividade, dos sonhos, das esperanças e da projeção de futuro. A Região Centro-Oeste do Brasil compreende o Distrito Federal e os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Com cerca de um quinto do território nacional, o Centro-Oeste apresenta baixa densidade populacional (ao contrapormos com as populações de outras regiões), reflexo de seu processo de ocupação tardia. A construção de Goiânia e Brasília desempenhou um papel importante na integração da região aos principais centros dinâmicos do país, considerando que o crescimento populacional impulsionou investimentos em infraestrutura e transporte. Na década de 1970, políticas de urbanização e desenvolvimento produtivo elevaram o ritmo de crescimento industrial, especialmente no setor agroalimentar, consolidando a região nesse campo.

Este livro e as demais unidades que constituem a coleção memorialística da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica objetivam que você, estimado leitor, recorde a nossa história, nossos sonhos, nossos florescimentos e nossas lutas. A palavra recordar ecoa com uma delicadeza que extrapola o mero ato de lembrar. Originada do latim *recordari*, seu significado intrínseco ressoa nas entranhas da linguagem: “lembrar-se, trazer à mente”. Mas há mais nesse termo do que a simples rememoração. RE-, o prefixo que denota a ação de “de novo”, combina-se com COR, “coração”. Este último, por séculos, foi aclamado como o palácio da memória, o lugar onde se guardam os fragmentos do passado. É a partir dessa fusão etimológica que mergulhamos em nossas próprias reminiscências, imersos em caminhos, ipês e crescimento de escolas na Região Centro-Oeste brasileira.

É preciso recordar que a história do ensino profissional no Brasil, que teve início no começo do século XX, é atravessada por múltiplas fases em suas várias vertentes – filosófica, sociológica, estrutural, logística e, principalmente, política. Seu percurso inclui variadas constituições de escola, como as escolas de aprendizes artífices, liceus profissionais, escolas industriais e técnicas, escolas técnicas federais e centros federais de educação tecnológica, até se constituir como Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando-se depois na Rede Federal de Educação Tecnológica, culminando na contemporânea Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). No início, o ensino profissional tinha como objetivo principal preparar os estudantes para o mercado de trabalho. Nos últimos anos, com uma abordagem mais humana, omnilateral e integrada às dimensões da ciência e tecnologia, a educação profissional e tecnológica se orienta por um processo educativo que valoriza e impulsiona não apenas o aperfeiçoamento de competências e habilidades, mas também o desenvolvimento da autonomia, das subjetividades humanas, dos (multi)letramentos e do pensamento crítico e criativo.

Desde a criação dos primeiros institutos federais, o objetivo sempre foi pontual: democratizar o acesso à educação de qualidade e promover o desenvolvimento regional por meio de uma educação tecnológica sólida. Esse projeto tem uma dimensão ainda mais significativa ao aliar a verticalização do ensino – com a oferta de cursos desde o ensino médio técnico até a pós-graduação – à interiorização – que leva essas oportunidades para os lugares mais remotos. Tais iniciativas visam tanto formar profissionais qualificados quanto criar polos de desenvolvimento que possam influenciar positivamente suas comunidades e regiões.

Assim como o ipê precisa enraizar-se profundamente no solo seco para florescer no inverno, os institutos federais precisaram fincar suas bases em um cenário muitas vezes desafiador. O Centro-Oeste, com sua vastidão territorial e características geográficas únicas, demandou esforços de adaptação e inovação. Levar ensino de qualidade a regiões antes marginalizadas pela oferta educacional exigiu infraestrutura, aliada a uma visão de futuro construída com base na inclusão social, no respeito às diversidades culturais e na promoção da sustentabilidade.

Durante as últimas décadas, os IFs do Centro-Oeste enfrentaram uma série de desafios. As dificuldades não foram apenas de ordem física, relacionadas à distância e à infraestrutura, mas também políticas e econômicas, inclusive com cortes orçamentários que impactaram a vida de milhares de pessoas. Em um cenário nacional em constante mudança, manter e expandir a oferta de educação tecnológica tornou-se um ato de resistência e persistência. Tal como o ipê, que floresce sob condições adversas, essas instituições se adaptaram, resistiram e se transformaram.

A crise econômica que o Brasil enfrentou nos últimos anos impactou profundamente as instituições públicas de ensino. Cortes de verbas e falta de investimentos trouxeram desafios para a manutenção de programas, infraestrutura e corpo docente. No entanto, mesmo em meio a essas dificuldades, os IFs do Centro-Oeste continuaram a florescer. O compromisso de seus professores, alunos e gestores com a educação pública e de qualidade foi o que manteve viva a missão de transformar a realidade regional por meio da educação.

Neste volume da coleção, o leitor é convidado a percorrer a trajetória dessas instituições que desafiam as previsões e florescem no inverno. Ao longo das páginas, encontra-se um panorama fértil dos IFs da Região Centro-Oeste, que, em meio às adversidades, firmaram-se como espaços de inovação, inclusão e desenvolvimento sustentável.

O Instituto Federal de Brasília, o Instituto Federal de Goiás, o Instituto Federal Goiano, o Instituto Federal do Mato Grosso e o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul têm transformado realidades. Em cidades antes isoladas das grandes redes de educação e inovação, hoje se encontram centros de referência tecnológica e científica, oferecendo desde cursos técnicos até doutorados. Essa atuação vai além do campo acadêmico: os IFs promovem o desenvolvimento local, capacitando mão de obra qualificada, incentivando o empreendedorismo e, ao mesmo tempo, buscando preservar e respeitar a rica diversidade cultural e ambiental da região.

Cada câmpus, cada núcleo de pesquisa, cada curso oferecido representa mais do que a construção de um projeto pedagógico; refletem também a materialização de sonhos coletivos que se entrelaçam com a história do Brasil e com a força transformadora da educação.

Assim como a florada do ipê anuncia que o inverno logo dará lugar à renovação da primavera, o fortalecimento das instituições federais de educação, ciência e tecnologia no Centro-Oeste sinaliza um futuro promissor. A despeito dos desafios enfrentados, o que se projeta é uma Rede que continuará a florescer sempre com raízes firmes na educação inclusiva, na inovação e no compromisso social.

Almejamos que o leitor, ao percorrer as páginas deste volume, possa vislumbrar a grandiosidade do trabalho realizado por essas instituições centro-oestinas, conhecer seus desafios e notar seu florescimento contínuo. E seguimos este caminho de mãos dadas com poetas (e aludimos, novamente, a Gilberto Mendonça Teles), que sempre nos alertaram para as interfaces entre educação e política, compromisso social e recordação:

TUDO ISSO E MAIS A FOME
DA CIDADE E DO SERTÃO,
TUDO ISSO E MAIS O GOSTO
DA PIMENTA E DO LIMÃO,
TUDO ISSO, MINHA GENTE,
VAI PERDENDO A TRADIÇÃO,
VAI FICANDO NA SAUDADE,
NA FORMA DE ALGUM REFRÃO,

DE ALGUM DISCURSO EFICAZ
QUE POSSA MATAR A FOME
COMENDO APENAS O NOME
DAS COMIDAS DE GOIÁS.¹⁰

Boa leitura! Boa luta! Bom início de primavera!

SARAH SUZANE BERTOLLI
ORGANIZADORA

¹⁰ TELES, Gilberto Mendonça. *Sociologia goiana*. 3. ed. Goiânia: Cerne, 1986. p. 97.